



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente n° 20.27.0229.0000282/2022-47

SUMÁRIO DE EXPEDIENTE

Tipo de Expediente: Ofício
Tipo de Entrega: Eletrônica
Tipo de Protocolo: Interno
Criador: Manoel Cabral Machado Neto
Prioridade: Baixa (Normal)
Data do Expediente: 24/01/2022 14:37:15
Critério de Acesso: Restrito
Resumo do Documento: PORTARIA N° 097/2022
DE 21 DE JANEIRO DE 2022

Código do Assunto	Descrição do Assunto
930184	Tratamento da Própria Saúde



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente nº 20.27.0229.0000282/2022-47

PORTARIA Nº 097/2022
DE 21 DE JANEIRO DE 2022

Concede licença para tratamento da própria saúde à servidora efetiva.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, à vista do disposto nos artigos 35, I, “e” e “t”, da Lei Complementar 02/90, e 92, 93, 94 e 208 da Lei Complementar 16/94, combinado com a Lei 2.148/77,

Considerando a situação de emergência na saúde pública do Estado de Sergipe contida no Decreto Estadual nº 40.560/20 datado 17 de março de 2020;

Considerando o artigo 3º da Portaria nº 2.241/2020, datada 11 de novembro de 2020, expedida pela Secretaria de Estado da Administração do Governo de Sergipe;

Considerando que a servidora encontrava-se de licença médica de 07 (sete) dias, no período de 12 a 18 de janeiro de 2022, para tratamento de pessoa da própria família.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à servidora Luana França de Carvalho Machado, ocupante do cargo de Analista do Ministério Público do Quadro de Pessoal de provimento efetivo dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, 07 (sete) dias de licença para tratamento da própria saúde, no período de 19 a 25 de janeiro de 2022, conforme atestados médicos apresentados.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor nesta data, produzindo seus efeitos no período de 19 a 25 de janeiro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência e cumpra-se.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente nº 20.27.0229.0000282/2022-47

Manoel Cabral Machado Neto
Procurador-Geral de Justiça

Expediente assinado eletronicamente por **Manoel Cabral Machado Neto***, em 24/01/2022 14:37:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2016.



A validade deste documento pode ser conferida no site
<https://sistemas.mpse.mp.br/mpse/Administrativo/publico.html#/Expediente/ConsultaPublica> informando o número do expediente: **20.27.0229.0000282/2022-47**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente nº 20.27.0229.0000282/2022-47

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento: **24/01/2022 14:37:15**

Origem **Procuradoria Geral de Justiça - PGJ (Manoel Cabral Machado Neto)**

Destino(s): **Diretoria de Recursos Humanos (Savio Augusto Sobral Garcez)**

Resumo: **Encaminhamento a Órgão Interno (920025)**

Movimento assinado eletronicamente por **Manoel Cabral Machado Neto***, em 24/01/2022, às 14:37, conforme art. 1º, III, 'b', da Lei 11.419/2016.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente nº 20.27.0229.0000282/2022-47

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento: **25/01/2022 07:57:26**

Origem **Diretoria de Recursos Humanos (Savio Augusto Sobral Garcez)**

Destino(s): **Diretoria de Recursos Humanos (Ronald Nascimento de Jesus)**

Resumo: **Para conhecimento e providência cabível.**

Movimento assinado eletronicamente por **Savio Augusto Sobral Garcez**, em 25/01/2022, às 07:57, conforme art. 1º, III, 'b', da Lei 11.419/2016.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Expediente nº 20.27.0229.0000282/2022-47

Encaminhamento a Órgão Interno (920025)

Data do Movimento: **26/01/2022 13:08:58**

Origem **Diretoria de Recursos Humanos (Ronald Nascimento de Jesus)**

Destino(s): **Diretoria de Recursos Humanos (Randerson Ferreira Barbosa Santos)**

Resumo: **Para conhecimento e providência cabível.**

Movimento assinado eletronicamente por **Ronald Nascimento de Jesus***, em 26/01/2022, às 13:08, conforme art. 1º, III, 'b', da Lei 11.419/2016.